



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU



LEI Nº391/2021

INSTITUI O INCENTIVO VARIÁVEL POR DESEMPENHO E QUALIDADE DE METAS DO COMPONENTE – “INCENTIVO FINANCEIRO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE – (APS) – PAGAMENTO POR DESEMPENHO NO PROGRAMA PREVINE BRASIL” AOS EMPREGADOS ATUANTES NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MULUNGU, ESTADO DO CEARÁ, FAZ saber que a Câmara Municipal de Mulungu **APROVOU** e ele, **SANCIONA** e **PROMULGA** a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º - Fica instituído o incentivo variável por desempenho do Programa Previne Brasil, baseado na Portaria nº 2.979/19 do Ministério da Saúde, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio para Atenção Primária a Saúde - APS, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS e na resolução em ata de plenária ocorrida no dia 15 de março de 2021, com os profissionais da atenção primária e homologada no dia 15 de abril de 2021, através de reunião realizada pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Mulungu – CE.

Art. 2º - O incentivo variável por desempenho e qualidade dos serviços de saúde possui os seguintes objetivos:

I - Estimular a participação dos profissionais de saúde no processo contínuo de melhoria dos padrões e indicadores de acesso e qualidade que envolva a gestão, o processo de trabalho e os resultados alcançados pelos colaboradores;

II - Institucionalizar a avaliação e monitoramento de indicadores para subsidiar a definição de prioridades e programação de ações na melhoria da qualidade dos serviços de saúde;

III - Incentivar financeiramente o bom desempenho de profissionais e equipes, estimulando-os na busca de melhores resultados para a qualidade de vida da população;

IV- Garantir a efetividade das ações governamentais direcionadas a atenção a saúde, permitindo-se o contínuo acompanhamento de suas ações e resultados.

Rua Coronel Justino Café, 136 – Centro – Mulungu – CE - CEP: 62764-000

Fone: (85) 3328 – 1644 e-mail: prefeituramulungu@gmail.com

CNPJ: 07.910.730/0001-79

mulungu.ce.gov.br





ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU



Art. 3º - Os valores recebidos pelo Fundo Municipal de Saúde de Mulungu/CE, transferidos fundo a fundo pelo Ministério da Saúde, referente ao pagamento por desempenho conforme a Portaria nº 2.979/2019, terão a seguinte divisão:

I - 6% (seis por cento) serão repassados a Coordenação da Atenção Primária e Gerente do Núcleo de Saúde Bucal, dividido de maneira igualitária, sendo estes responsáveis pelo monitoramento e avaliação de indicadores, realizando o acompanhamento mensal das metas a serem atingidas pelos profissionais de saúde participantes do programa, bem como emissão de relatórios gerenciais para posterior efetivação do pagamento por desempenho;

II - 4% (quatro por cento) para auxiliares administrativos que trabalham na recepção das unidades onde funcionará o prontuário eletrônico;

III - 27% (vinte e sete por cento) para os enfermeiros;

IV - 20% (vinte por cento) para cirurgiões dentistas;

V - 43% (quarenta e três por cento) para técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e técnicos de saúde bucal.

§1º O pagamento do incentivo variável por desempenho e qualidade de metas destinado aos profissionais e trabalhadores de saúde, vinculados a Estratégia Saúde da Família, será rateado em partes iguais, de acordo com as porcentagens e divisão por categoria especificadas nos Incisos II, III, IV e V, mediante produção e desempenho das equipes e o valor de repasse será proporcional aos indicadores alcançados.

§2º Serão repassados mensalmente pela Coordenação, os resultados dos indicadores e metas informados pelo Ministério da Saúde, e encaminhadas à Secretária Municipal de Administração para pagamento do incentivo de desempenho.

Art. 4º - Os parâmetros e metas dos indicadores serão progressivos e definidos em ficha de qualificação, acompanhada de nota técnica, disponibilizadas no endereço eletrônico do Ministério da Saúde, após pactuação tripartite e os resultados dos indicadores alcançados por equipes credenciadas e cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (SCNES) serão aglutinados em um indicador sintético final, que irá definir o incentivo financeiro do pagamento por desempenho para o Município.

§1º O valor do repasse mensal do incentivo financeiro, recebido pelo Município, corresponderá à divisão de 6% (seis por cento) para Coordenação da Atenção Primária e Gerente do Núcleo de Saúde Bucal; 4% (quatro por cento) para auxiliares administrativos que trabalham na recepção das unidades onde funcionará o prontuário eletrônico; 27% (vinte e sete por cento) para os enfermeiros; 20% (vinte por cento) para cirurgiões dentistas; 43% (quarenta e três por cento) para técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e técnicos de saúde bucal integrantes da Atenção Primária à Saúde.

Rua Coronel Justino Café, 136 – Centro – Mulungu – CE - CEP: 62764-000

Fone: (85) 3328 – 1644 e-mail: prefeituramulungu@gmail.com

CNPJ: 07.910.730/0001-79

mulungu.ce.gov.br





ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU



Art. 5º - A apuração dos indicadores será realizada, a nível federal, quadrimestralmente (janeiro-abril, maio-agosto, setembro-dezembro) e os resultados serão disponibilizados no quadrimestre subsequente no endereço eletrônico do Ministério da Saúde, ficando o valor de repasse do incentivo condicionado ao desempenho das Equipes.

Parágrafo único. O pagamento mensal por desempenho de cada quadrimestre estará vinculado ao resultado obtido pelo município no quadrimestre anterior.

Art. 6º - O conjunto de indicadores do Pagamento por Desempenho, vigente no período de publicação dessa Lei, a ser observado na atuação das Equipes de Saúde da Família (ESF) foi o estabelecido no ano de 2020, abrangendo as ações estratégicas de Saúde da Mulher, Pré-Natal, Saúde da Criança e Doenças Crônicas (Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus).

§1º São indicadores estabelecidos no ano de 2020:

- I – proporção de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas pré-natal realizadas, sendo a 1ª até a 20ª semana de gestação;
- II – proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV;
- III – proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado;
- IV – cobertura de exame citopatológico;
- V – cobertura vacinal de poliomielite inativada e de pentavalente;
- VI – percentual de pessoas hipertensas com pressão arterial aferida em cada semestre; e
- VII – percentual de diabéticos com solicitação de hemoglobina glicada.

§ 2º Os pesos para os indicadores de que trata este artigo serão definidos em ato normativo específico do Ministério da Saúde, após pactuação tripartite.

§3º A especificação técnica dos indicadores será definida em ficha de qualificação, também emitida pelo Ministério da Saúde.

Art. 7º - Os indicadores do pagamento por desempenho para os anos de 2021 e 2022 serão definidos após monitoramento, avaliação e pactuação tripartite durante o ano de 2020, e contemplarão as seguintes ações estratégicas:

- I – ações multiprofissionais no âmbito da atenção primária à saúde;
- II – ações no cuidado puerperal;
- III - ações de puericultura (crianças até 12 meses);
- IV – ações relacionadas ao HIV;
- V – ações relacionadas ao cuidado de pessoas com tuberculose;
- VI – ações odontológicas;
- VII – ações relacionadas às hepatites;
- VIII – ações em saúde mental;
- IX – ações relacionadas ao câncer de mama; e

Rua Coronel Justino Café, 136 – Centro – Mulungu – CE - CEP: 62764-000

Fone: (85) 3328 – 1644 e-mail: prefeituramulungu@gmail.com

CNPJ: 07.910.730/0001-79

mulungu.ce.gov.br





ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU



X – Indicadores Globais de avaliação da qualidade assistencial e experiência do paciente com reconhecimento e validação internacional e nacional, como o Primary Care Assessment Tool (PCATool – Instrumento de Avaliação da Atenção Primária), o Patient-Doctor Relationship Questionnaire (PDRQ-9 – Questionário de Avaliação da Relação Médico-Paciente) e o Net Promoter Score (NPS – Escala de Satisfação do Usuário).

Art. 8º - Se o repasse do recurso for interrompido pelo Ministério da Saúde/Fundo Nacional de Saúde, automaticamente, a Secretaria Municipal de Saúde cessará o pagamento do incentivo.

Art. 9º - O incentivo de que trata esta Lei será devido pelo efetivo desempenho das atribuições dos profissionais no período de avaliação, perdendo esse direito nos casos de afastamentos decorrentes de:

I - Licenças de qualquer natureza;

II - Qualquer tipo de suspensão ou processo administrativo disciplinar;

III – Atestados Médicos ou afastamento do serviço por qualquer outra causa, superiores a 10 (dez) dias.

Art. 10º - O incentivo variável por desempenho e qualidade de metas do componente "Pagamento por Desempenho" do Programa Previne Brasil, será concedido em pecúnia e não será:

- a) Caracterizado como salário;
- b) Incorporado como vencimentos, remuneração ou proventos;
- c) Sujeito a qualquer incidência de caráter tributário ou previdenciário.

Art. 11º - Os recursos orçamentários necessários ao custeio das despesas correrão por conta de repasses a serem feitos pelo Ministério da Saúde e serão classificados na dotação orçamentária especificada abaixo:

ENQUADRAMENTO ORÇAMENTÁRIO:

- Unidade Orçamentária: 05.02 – Fundo Municipal de Saúde;

- Função: 10 – Saúde;

- Sub Função: 301 – Atenção Básica;

- Programa: 0181 – Programa de Ações Básicas da Saúde;

- Projeto/Atividade: 2054 – Gestão, Fortalecimento e Expansão da Atenção Básica de Saúde;

Rua Coronel Justino Café, 136 – Centro – Mulungu – CE - CEP: 62764-000

Fone: (85) 3328 – 1644 e-mail: prefeituramulungu@gmail.com

CNPJ: 07.910.730/0001-79

mulungu.ce.gov.br





ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU



- Elemento de Gasto: 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoas Civil;

Art. 12º - Fica autorizado o pagamento retroativo ao mês de janeiro de 2021 e demais meses subsequentes já recebidos, anteriores à promulgação desta Lei, por meio de folha de pagamento complementar.

Art. 13º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos financeiros que retroagem a 1º de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU, em 19 de maio de 2021.

ROBERT VIANA LEITÃO
PREFEITO MUNICIPAL DE MULUNGU

PREFEITURA M. MULUNGU
Robert Viana Leitão
Prefeito Municipal
CPF. 933.096.353-68 Gestão 2021/2024

